



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, n° 02, jul-dez 2017, ISSN 1414-0810

Enfoque sistêmico e análise das políticas públicas rurais

Systemic approach and analysis of rural policies

Eric Sabourin (Cirad, UMR Art-Dev e Unb-CDS), eric.sabourin@cirad.fr

Resumo

O trabalho trata da contribuição do enfoque sistêmico para a análise das políticas públicas. A abordagem sistêmica teve uma influência em diversos setores da ciência e da pesquisa e também marcou a ciência política, primeiro com a intenção de pensar a vida como um sistema político e logo com a análise das políticas públicas a partir de um enfoque sistêmico em termos de fluxos, inputs e *outputs*. Hoje essa corrente quase desapareceu da análise das políticas públicas, mas suas influências ainda podem ser verificadas. O texto consta de três partes. A primeira parte apresenta brevemente os fundamentos teóricos e a aplicação da abordagem sistêmica para a análise das políticas públicas. A segunda parte trata das evoluções e complementações que aconteceram na análise das políticas públicas por conta da abordagem sistêmica ou, até, em reação a ela. A terceira parte introduz o enfoque estruturalista da teoria da reciprocidade em antropologia econômica aplicado para a análise das políticas públicas rurais no Brasil.

Palavras-chave

Enfoque sistêmico; análise de políticas públicas; estruturas de reciprocidade; Brasil.

Abstract

This paper deals with the contribution of the systemic approach to public policy analysis. The systemic approach had an influence in various sectors of science and research, and also marked the political science, first with the intention of thinking the life as a political system and then with the analysis of public policies from a systems approach in terms of flows, inputs and *outputs*. Today this current almost disappeared from the analysis of public policies, but its influence can still be checked. The text consists of three parts. The first part briefly presents the theoretical foundations and the application of the systemic approach for the public policies analysis. The second part deals with the changes and additions that occurred in the analysis of the public policies on behalf of the systemic approach or even in reaction to it. The third part introduces the structuralist approach of the reciprocity theory in economic anthropology applied to the analysis of rural public policies in Brazil.

Keywords

Systemic approach; public policies analysis; structures of reciprocity; Brazil.

Introdução

Esse texto trata da contribuição do enfoque sistêmico para a análise das políticas públicas. A abordagem sistêmica teve uma influência em diversos setores da ciência e da pesquisa. Marcou também a ciência política, primeiro com a intenção de pensar a vida como um sistema político (Laswell, 1936, 1956; Easton, 1957, 1965) e logo com a análise das políticas públicas a partir de um enfoque sistêmico em termos de fluxos, inputs e *outputs* (Lapierre, 1973; Lemieux, 1989; 1996).

O que é uma política pública? Existem muitas definições, por exemplo: a política pública é “o que os governos fazem e porque o fazem” (Simeon; 1976: 548), mas é também o que os governos “escolhem fazer ou não fazer” (Dye; 1984:1). Segundo Leslie Pal (1992: 2), uma política pública é uma série de ações ou inações que autoridades públicas escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados. Para Jenkins (1978:15), as políticas públicas se referem a um conjunto de decisões interligadas, tomadas por um ator político ou um grupo de atores políticos.

As políticas públicas, num sentido mais geral, podem ser definidas, segundo Muller (2003), como um conjunto de ações coordenadas, implementadas com o objetivo de conseguir uma modificação ou uma evolução de uma situação dada. Elas são executadas por instituições e administrações públicas, em resposta à existência de um problema público ou coletivo, que tem que ser identificado, analisado e logo promovido ou publicitado como tal em termos de demandas ou de agenda (Kingdon, 1984).

O artigo consta de três partes. A primeira parte apresenta brevemente a emergência e a aplicação da abordagem sistêmica para a análise das políticas públicas. A segunda trata das evoluções e complementações que aconteceram na análise das políticas públicas por conta da abordagem sistêmica ou, até, em reação a ela, em particular no âmbito da socioantropologia. Finalmente, como ilustração de um enfoque sistêmico em ciências sociais, a terceira parte introduz a aplicação a políticas públicas rurais no Brasil da análise pela teoria da reciprocidade, uma metodologia estruturalista oriunda da antropologia econômica.

1. Abordagem sistêmica e a análise das políticas públicas

O enfoque sistêmico e a ciência política entre os anos 1950 e 1980

Oriunda da biologia e da cibernética, a abordagem sistêmica tocou de maneira relativamente marginal as ciências sociais, principalmente durante um período entre os anos 1950 a 1980. Nas ciências políticas, a abordagem sistêmica teve a sua época de sucesso, em particular, no Canadá e nos EUA. De fato nos anos 50, em plena Guerra Fria, os cientistas norte-americanos tentaram opor à análise marxista um enfoque dos fatos políticos que fosse também global e à pretensão universal.

David Easton (1965, 1966) considera a política como uma “repartição autoritária de valores numa sociedade”. No livro *A System Analysis of Political Life* (1966) propõe assimilar a vida política a um sistema aberto que pode ser representado como uma vasta caixa preta alimentada por inputs (insumos = demandas e apoios sociais) e produzindo *outputs* (decisões e ações, cf. figura 1). Segundo Easton, a aplicação desse conceito à análise dos fenômenos políticos passa por quatro propostas complementares: i) existem interações políticas no

sistema social constituindo um sistema de comportamento “político” específico; ii) este sistema político depende de um ambiente físico, biológico, social e psicológico; iii) esse sistema de comportamento está aberto às influências do ambiente; iv) ele é capaz de se autorregular de responder às pressões e de agir frente às condições do ambiente.

Para Lapierre (1973: 34), que aprofundará mais tarde as propostas de Easton, um sistema político é “o conjunto dos processos de decisão que interessam à totalidade de uma sociedade global” ou ainda “o conjunto dos processos de decisão relativos à coordenação e cooperação entre os grupos que compõem essa sociedade e relativos à duração dos seus empreendimentos e ações coletivas” (Lapierre, 1973: 16).

Para Easton (1966), a vida política pode assim ser concebida como um processo no qual o sistema político é capaz de intervir positivamente nas suas relações com o ambiente porque tem a capacidade de produzir soluções de adaptação às pressões do ambiente (fig. 1 e 2). Por sua vez, essas soluções reagem sobre o ambiente. O conceito de equilíbrio sistêmico sintetiza os intercâmbios e fluxos entre o sistema e o seu ambiente (Easton, 1966).

Figura 1. O sistema político segundo Easton

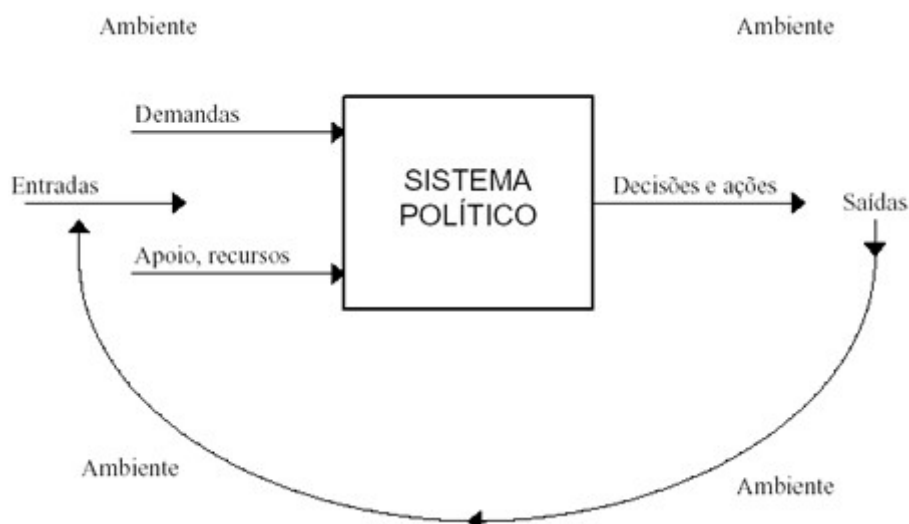
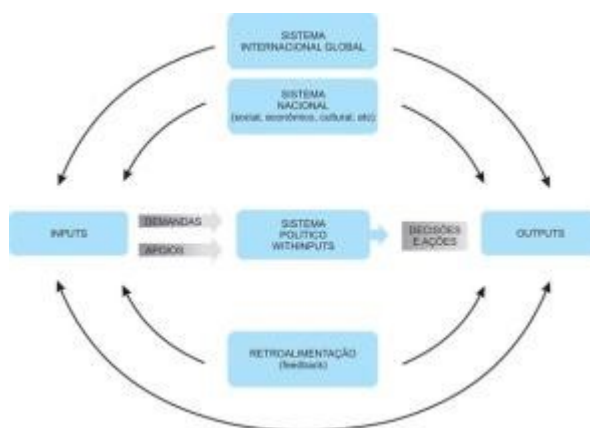


Figura 2: O ciclo do sistema político em Easton (Rua, 2009)



A aplicação do enfoque sistêmico para a análise de políticas públicas

Para Rua (2009), no modelo sistêmico, a política pública é definida como uma resposta do sistema político às forças geradas no ambiente, e o sistema político corresponde ao conjunto de estruturas e processos inter-relacionados que funcionam para produzir alocações de valores para a sociedade (Easton, 1966). O conceito de sistema implica uma série de instituições e atividades na sociedade que funcionam para transformar demandas em decisões imperativas, requerendo um suporte legitimador da sociedade como um todo. Implica também que os elementos do sistema estejam inter-relacionados e que este possa responder às forças do seu ambiente de forma a se autopreservar.

Vincent Lemieux (1989, 1996, 2002) completou o enfoque sistêmico de Easton e Lapierre, adaptando-o mais especificamente para a análise de políticas públicas. Para Lemieux, se considerarmos uma política pública como um sistema de ação, esse sistema pode ser definido pelo seu ambiente, por suas finalidades, atividades e estruturas; o conceito de evolução indica que esse sistema se transforma no tempo (Quadro 1).

Nessa ótica, uma política pública (PP) pode ser definida como sendo formada por atividades orientadas para a solução de um problema público num ambiente dado e por atores políticos que mantêm relações estruturadas; o conjunto evoluindo no tempo.

O ambiente corresponde aqui a qualquer condição ou circunstância definida como limite externo ao sistema político (Rua, 2009).

Quadro 1: A abordagem sistêmica das políticas públicas segundo Lemieux (2002)

Conceitos	Definição sistêmica das políticas públicas (PP)	Principais explicações
Atividade	As PP são compostas de atividades	A ação racional e os seus limites
Finalidade	...orientadas para a solução	As crenças e referências dos atores
Ambiente	...dos problemas públicos num ambiente	Os determinantes das políticas
Estrutura	...por atores políticos com relações estruturadas	As redes de atores políticos
Evolução	...o conjunto evoluindo no tempo	As etapas das políticas públicas

Os inputs são as forças que afetam o sistema político e são recebidas pelo sistema na forma de demandas e apoios; as demandas emergem quando indivíduos ou grupos, em resposta às condições ambientais, agem para afetar o conteúdo da política pública (Rua, 2009). Os suportes são, por exemplo, a opinião pública e a legitimidade que vem do ambiente interno ou externo de uma dada sociedade.

As demandas podem ser, por exemplo, reivindicações de bens e serviços (saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social, etc.) ou ainda, demandas de participação no sistema político.

O sistema político em si continua sendo, de certa maneira, uma caixa preta, mas Lemieux (2002) caracteriza a sua composição em: uma comunidade política (reino, tribo, estado), um regime político (parlamentar, presidencial, ditadura, central, federal, etc.) e autoridades políticas que, mediante uma triagem por prioridade, operam a seleção das demandas e coordenam as ações (as políticas públicas).

Os *outputs* correspondem às decisões e ações das autoridades em resposta às demandas. Para Rua (2009), os *outputs* são alocações imperativas de valores do sistema expressas como decisões e como políticas públicas.

Para caracterizar e fechar o sistema, existe uma retroatividade (*feedback*) dos *outputs* mediante os efeitos e impactos, desejados e não desejados, positivos e negativos, das decisões e das políticas públicas sobre o ambiente e os atores. Esses efeitos retroativos podem assim influenciar (aumentando ou reduzindo) os apoios e as demandas.

Segundo Lemieux (2002), os atores componentes do sistema político, essencialmente as autoridades políticas, podem mobilizar e utilizar recursos políticos. Existem vários tipos de recursos políticos: os recursos normativos ou normas (valores, regras que os atores mobilizam como trunfos ou como desafios a cumprir); os recursos estatutários ou os postos na função pública ou política; os recursos acionáveis ou comandos (os elementos para a ação); os recursos relacionais ou alavancas para a decisão e a ação política (redes, capital social); os recursos materiais ou suportes (capital financeiro); os recursos humanos ou capacidades e os recursos informativos.

A análise sistêmica de políticas públicas corresponde, portanto ao estudo de cada componente ou subsistema: 1) análise das demandas (inputs); 2) análise da agenda das políticas (ordem do dia); 3) análise da formulação da política (pelo sistema político); 4) análise das decisões (*outputs*); 5) análise da implementação (*outputs*); 6) análise do impacto ou avaliação (ambiente)

De acordo com Rua (2009), nos anos 1960/70 essa proposta apareceu como uma proposta de renovação metodológica: i) Oferecia uma análise global, mais abrangente, em particular com relação à análise monosssetorial no caso das políticas públicas. ii) Trazia uma análise dos fluxos e dos ciclos como alternativa à análise linear das políticas públicas; iii) Propunha analisar a complexidade dos subsistemas.

Para Monière (1976), a abordagem sistêmica das políticas públicas por Easton apresenta três limitações. Primeiro, exclui do campo do conhecimento social a causalidade das funções. Por exemplo, a decisão de aumentar o preço de um bem de consumo como o petróleo é uma decisão que afeta o conjunto da sociedade, direta ou indiretamente e que, de fato, escapa ao processo político. Certas decisões tomadas e justificadas em nome da sociedade não afetam o conjunto da sociedade, pois o seu caráter obrigatório só é efetivo e real para um segmento da sociedade, por exemplo, a antiga política de discriminação dos negros nos EUA ou do *apartheid* na África do Sul.

Em segundo lugar, para Monière, se a análise sistêmica apoia-se na conjuntura, então entra em contradição com as constantes dos acontecimentos históricos. Por que autoridades e regime são depostos? Por que não foi cumprida a função de harmonização e regulação que era a sua? Será que a revolução de 1789 na França foi apenas o resultado de uma conjuntura do meio (interno e externo) da sociedade?

Finalmente, segundo esse autor, na abordagem sistêmica a socialização é construída a partir de bases psicológicas deficientes onde os agentes possuem racionalidade e informação perfeitas: “Negou-se o fato que o indivíduo não recebe passivamente as mensagens e não pode ser considerado como uma página branca sobre a qual as forças sociais viriam imprimir a sua marca”. A interação é sempre mais complexa, e o analista deve reconhecer o efeito de fatores endógenos.

No final dos anos 1990, Niklas Luhmann vai enriquecer a abordagem sistêmica da sociedade e da política, introduzindo mais complexidade e, em particular, três subsistemas dentro do sistema político: os partidos políticos, a população através da opinião pública (que não pode ser associada a nenhuma racionalidade) e o governo com a sua burocracia.

Essa complexificação permite a Luhmann (1999) quatro propostas pertinentes, embora já “descobertas” pela ciência política da época: i) o sistema de governo por um lado e

o sistema dos partidos por outro (com as promessas eleitorais) levam a uma sobrecarga do *Estado Providência* (tese da escola de Virginia, Buchanan & Tullock, 1962, 1978); ii) como autorreferente, o sistema político não pode ter legitimidade externa; a participação da população só pode ser codificada por meio das eleições governadas pelos partidos (debate de Luhmann com Habermas); iii) o código do sistema político (governo/oposição) não tem nada a ver com um código moral; o único lugar para uma forma política da moralidade é o respeito das regras internas ao próprio sistema político; iv) portanto, a democracia não pode ser entendida segundo códigos ou termos externos ao sistema político: não pode ser definida como “poder do povo”, mas como “bifurcação ou alternância no topo do poder”, de acordo com o código “governo/oposição”.

2. As aplicações da análise sistêmica das políticas públicas: evoluções e limitações

Algumas aplicações específicas

Na literatura, não aparecem aplicações da abordagem sistêmica no campo das políticas agrícolas ou rurais. Talvez seja principalmente porque essa escola já não era mais considerada quando as políticas rurais começaram a ser objeto de análise pela ciência política.

No entanto, encontram-se alguns trabalhos de análise sistêmica das políticas de desenvolvimento urbano e local. A cidade ou as aglomerações se prestam a uma análise de fluxos e de subsistemas em interação. A principal referência é o livro **Urban Dynamics** de Jay Forrester (1969), que rompeu com as tentativas de elaboração de modelos explicativos gerais sobre o crescimento urbano nos anos 60 nos EUA. Seu modelo, dotado de uma linguagem informática nova, baseada na teoria geral dos sistemas de Von Bertalanffy era orientada para a exploração em longo prazo do futuro das grandes cidades e o estudo das consequências longínquas das decisões das políticas urbanas. As aplicações mais recentes em matéria de urbanismo e de políticas de desenvolvimento local mantêm uma linguagem sistêmica, no entanto, elas têm integrado outros enfoques, em particular a análise estratégica dos atores a partir da sociologia das organizações e a análise de redes de atores (CERTU, 2001; 2007). Essas abordagens têm certa proximidade com a aplicação do enfoque sistêmico à agricultura a partir das noções de sistemas de produção e de sistemas agrários oriundos da biologia e da ecologia (Mazoyer, 1977; Billaz e Dufumier, 1979, Chambers & Jiggins, 1987).

Nos anos 1990, um ramo informático nascido do enfoque sistêmico, a modelização e a simulação de sistemas multiagentes - SMA (Weiss, 1999), veio renovar os trabalhos sobre a gestão dos recursos naturais. Cabe mencionar as pesquisas da Unidade GREEN do CIRAD (Bousquet *et al.*, 1998; Lepage *et al.*, 2013) e a elaboração da plataforma de simulação CORMAS (*COmmon Resources Multi-Agent System*). Os promotores dessa ferramenta consideram como agentes grupos sociais ou instituições aos quais atribuem normas de comportamento e regras de funcionamento. Os agentes são assim orientados por limites, regras expressas ao nível do grupo e aparecem como entidades atuando de maneira coletiva num ambiente dinâmico (Cormas, <http://cormas.cirad.fr/fr/outil/outil.htm>). De fato, mais que a modelização dos sistemas sociais em si, as possibilidades de repetição de ciclos/anos pelas técnicas de simulação informatizada, conferem a essa ferramenta uma potência para modelizar as consequências de uma decisão política em matéria de gestão de recursos naturais. Finalmente, existem ainda algumas referências de análise das políticas sociais (Lemieux, 1989) e de saúde. Mais recentemente a Organização Mundial da Saúde (2010) mobilizou o enfoque sistêmico para a análise do fortalecimento dos sistemas de saúde.

Impactos da abordagem sistêmica das políticas públicas

A abordagem sistêmica das políticas públicas tem assim conduzido, tanto por continuidade como por reação, ao desenvolvimento de uma nova escola nas ciências políticas que, pouco a pouco, se afirmou como uma subdisciplina: trata-se da análise das políticas públicas[1]. Em primeiro lugar Jones (1970) e Anderson (1975) desenvolveram a análise sequencial das políticas públicas (fig. 3) a partir da abordagem cíclica das políticas, marcada pelo enfoque sistêmico. Foi também o caso com as propostas pioneiras de Heclo e Wildavski (1978), analisando as configurações e as redes de atores. Finalmente, os dois enfoques, sistêmico e cíclico, têm contribuído para os métodos de avaliação das políticas públicas.

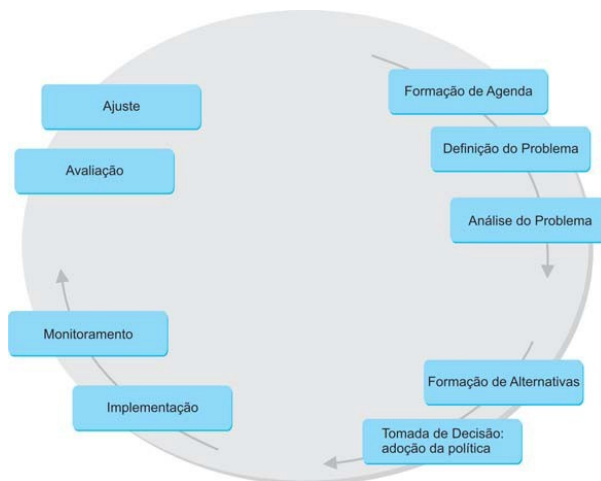


Figura 3: Ciclo das Políticas Públicas (in Rua, 2009)

O antropólogo Jean François Baré lembra dois elementos chaves dessa complementação entre enfoque sistêmico e análise das políticas. O primeiro é aquele da escala temporal: as políticas públicas são objetos ou seres diacrônicos (são processos) que se modificam no tempo e, portanto, dependem de uma abordagem histórica (Baré, 2001, p142). O segundo tem a ver com as políticas de desenvolvimento: Baré reafirma o aporte epistemológico, semântico e linguístico que está na origem do enfoque sistêmico. “*O mundo do desenvolvimento, o mundo das instituições do desenvolvimento, tal como se expressa por meio de diferentes conceitos, nem sempre pode ser traduzido (...). O desenvolvimento não é uma realidade existindo independentemente dos procedimentos linguísticos que servem para defini-lo; trata-se, pelo contrário, de uma categoria linguística dependente dos procedimentos da sua definição*” (Baré, 2001, p. 142).

O elemento comum desses trabalhos foi de tentar abrir e entrar na “caixa preta do sistema político” ou do *policy making*, para o qual a abordagem sistêmica não olhava. Houve, em segundo lugar, um encontro dos cientistas políticos com a sociologia das organizações que mobilizava ainda um uso metafórico da noção de sistema. A principal contribuição de Crozier e Friedberg (1977) no livro *O ator e o sistema*, reside na análise estratégica dos atores. Começaram a abrir a “caixa preta do sistema” a partir de uma sociologia da ação coletiva organizada. Como aplicaram primeiro essa reflexão às organizações sociais fechadas (empresas e administração pública), estas podiam ser mais facilmente assimiladas a subsistemas e sistemas. Mas finalmente, nesse encontro entre enfoque sistêmico e sociologia, a entrada pelos atores prevaleceu com relação às considerações de sistêmica. Na introdução

do livro, Crozier e Friedberg (1977:15) anunciam a principal questão da sua pesquisa: “A que condição e ao preço de que coerção ou pressão será que a ação coletiva se torna possível?”

Baré (1997:144) lembra as dificuldades para poder assimilar as políticas de desenvolvimento a “sistemas de ação”: *Estritamente falando, ninguém nunca viu uma política de desenvolvimento ou uma “ação pública”. Uma política de desenvolvimento é definida pelo que dizem as pessoas que a fabricam: é, portanto, um conjunto de interações complexas entre espaços de reflexão ou de decisão macroeconômica, burocracias e administrações, grupos ou atores sociais.*

Progressivamente, a complexificação das políticas públicas levou a considerar o termo de “ação pública” para dar conta dessa complexidade, restituindo a incerteza e o caráter limitado da racionalidade que conduz ao processo de uma política pública. Para Massardier (2008) *“As autoridades públicas não possuem mais o monopólio das políticas públicas, mas devem, pelo contrário, tratar com uma multiplicidade de atores que projetam suas “finalidades e projetos de vida” no processo de fabricação das políticas públicas”*. Ele pergunta se as nossas sociedades não estariam vivendo uma superposição entre duas ordens políticas: *“uma herdada da filosofia política clássica segundo as quais as autoridades públicas e os governos são ao mesmo tempo exteriores e superiores à sociedade; e a outra segundo a qual essas mesmas autoridades apenas seriam atores políticos entre outros”* (Massardier, 2008).

Limitações do enfoque sistêmico para a ciência política e às ciências sociais

A título de posicionamento teórico crítico, cabe lembrar a contribuição de Olivier de Sardan, outro antropólogo das políticas de desenvolvimento, a propósito da mobilização da abordagem sistêmica nas ciências sociais.

Segundo Olivier de Sardan (1994:130), a análise sistêmica pode ser considerada como um paradigma ou como uma metáfora. Para ele, como paradigma, a análise sistêmica oferece duas versões: “uma maximalista que considera que a realidade é um sistema e outra minimalista que se limita em afirmar que tudo acontece como se a realidade fosse um sistema”. Segundo Olivier de Sardan, os significados culturais, os comportamentos humanos, as práticas sociais não têm uma racionalidade comprovada e estariam longe de constituir sistemas, mesmo na concepção minimalista do paradigma. As estratégias dos atores, a ambivalência dos comportamentos, os jogos de poder, as incoerências no coração do pensamento humano, dificilmente podem ser modelizados na forma de um sistema e seria até contraditório com a noção de sistema que evoca coerência e estabilidade.

Para Olivier de Sardan (1994:133), a aplicação da abordagem sistêmica às ciências sociais apresenta três perigos:

- um risco inerente a todo sistema metafórico: naturalizar as metáforas, transformar o artefato em realidade e terminar por acreditar que a sociedade é um sistema.
- um risco inerente à metáfora sistêmica: privilegiar a funcionalidade dos sistemas, terminar por acreditar que um sistema social dado é funcional e tende a reproduzir a sua coerência;
- um risco inerente à metáfora sistêmica aplicada ao desenvolvimento: analisar as interações entre um projeto de desenvolvimento e a população alvo como um circuito sistêmico. Termina-se acreditando que o projeto é um subsistema e que o “ambiente” é outro. Ele cita o caso dos métodos de avaliação de projetos de desenvolvimento rural da década dos anos 1980.

Paralelamente à abordagem sistêmica, desenvolveu-se o enfoque estruturalista na França em particular, que marcou também as ciências sociais, em particular a linguística e a antropologia. De uma maneira geral, uma estrutura é uma organização que pode ser definida por um conjunto de relações características entre elementos. Para Piaget (2007) existe uma maneira que ele chama de “positiva” para abordar o estruturalismo, quando a estrutura é considerada como uma ferramenta científica em si mesmo, como um modelo teórico dotado de uma eficiência explicativa.

De acordo com Lévi-Strauss (1967), a noção de estrutura designa as diversas maneiras pelas quais o espírito humano constrói seus valores e sistemas de valores. Na continuidade das propostas de Mauss (2003) e de Lévi-Strauss, a teoria da reciprocidade na antropologia econômica propõe uma abordagem sistêmica e estruturalista das relações sociais e econômicas.

3. Um exemplo de análise sistêmica estrutural

Trabalhei vários anos sobre as organizações de agricultores e o manejo de recursos naturais comuns ou públicos a partir dos aportes da teoria da reciprocidade (Sabourin, 2006, 2009). Mais recentemente, arrisquei uma aplicação às políticas públicas da análise estrutural das relações de reciprocidade (Sabourin, 2011 a & b, 2012, 2013).

O que é a reciprocidade?

Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (*dependência mútua, fato de ser solidário*) ou de mutualidade. Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou por muito tempo as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas ou entre grupos, em particular nas sociedades indígenas e camponesas (Mauss, 2003). Lévi-Strauss (1967) propôs um princípio de reciprocidade governando o conjunto das relações sociais, em particular mediante as estruturas do parentesco. Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos.

O primeiro elemento da teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista socioantropológico. O princípio de reciprocidade não pode ser limitado a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. O reducionismo dessa definição que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece, às vezes, na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca, pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951) a qual faz aparecer um *Terceiro incluído*[2] na relação de reciprocidade. Permite, assim, considerar esse *Terceiro* como o ser dessa relação e dar conta dela ou interpretá-la como a estrutura originária da intersubjetividade, irredutível à troca de bens ou de serviços que libera do laço social ou da dívida. Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, como havia identificado Polanyi (1944, 1957), mas um princípio socioeconômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca.

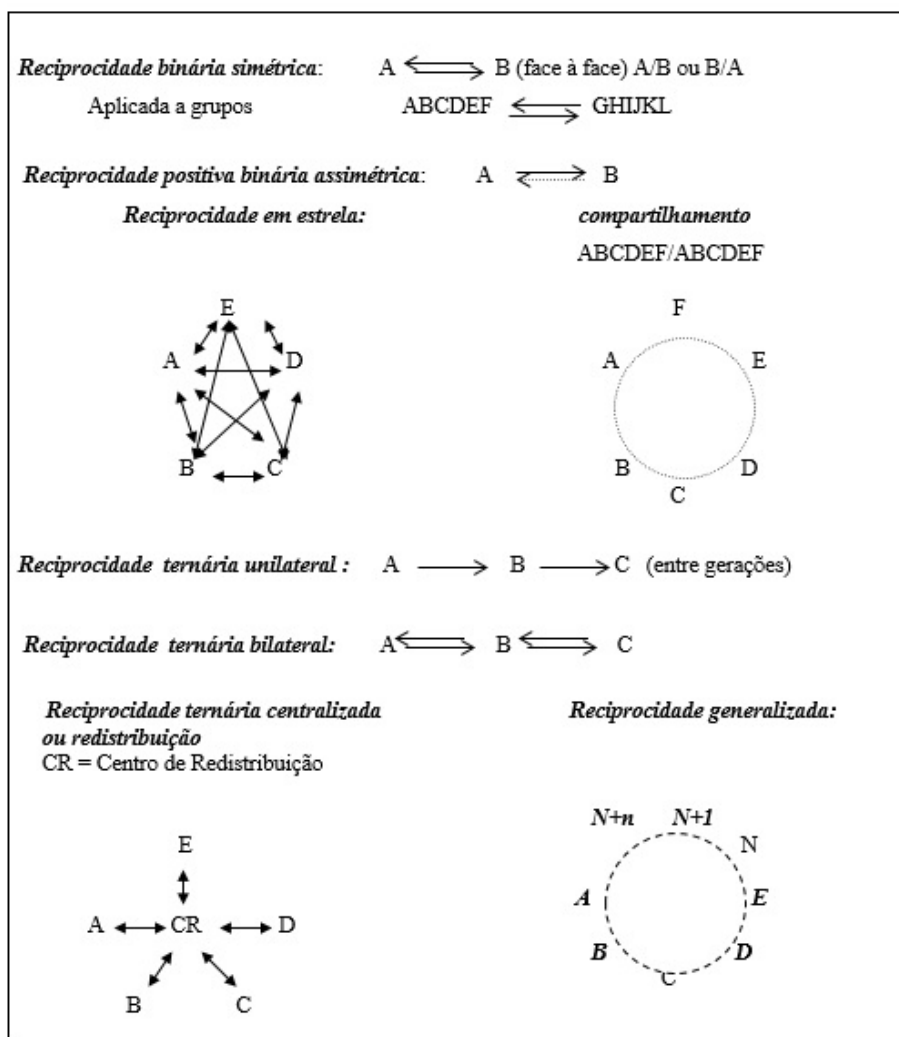
Em segundo lugar, as relações de reciprocidade, quando recorrentes ou institucionalizadas podem ser analisadas em termos de estruturas no sentido antropológico. Assim podem ser analisadas segundo algumas estruturas elementares. Para Temple (1998)

existem quatro categorias elementares de estruturas de reciprocidade (ver fig. 4) : a) a reciprocidade binária, com duas variantes: a relação bilateral ou *cara a cara e o compartilhamento*; b) a reciprocidade ternária, que mobiliza pelo menos três sujeitos e que pode ser unilateral (por exemplo, entre gerações) ou bilateral (as relações funcionam nos dois sentidos); c) a reciprocidade centralizada, que corresponde à definição de Polanyi (1957) da redistribuição a partir de um centro de poder que capta e redistribui recursos; d) a reciprocidade generalizada que resulta de relações múltiplas e abertas entre todos.

As relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica geram valores éticos: a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura simétrica de compartilhamento dos bens dentro de um grupo gera a confiança. Assim, segundo Temple (1998) outros tipos de relação em outras estruturas podem produzir outros valores específicos: por exemplo, a relação bilateral assimétrica gera um sentimento de submissão para quem recebe e de prestígio para quem dá mais.

Contudo, cada uma dessas estruturas elementares é a matriz de um sentimento específico (por exemplo, o face à face da amizade; a reciprocidade ternária da responsabilidade, etc.). É preciso enumerar as estruturas elementares, reparar o valor produzido por cada uma, entender como as diferentes estruturas se articulam entre elas para formar sistemas, às vezes exclusivos uns dos outros. O sentimento de humanidade criado no nível de um sistema de reciprocidade será diferente daquele criado em outro sistema. Se

Figura 4: Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade



todos os valores são universais, a humanidade é assim mesmo plural (Temple, 2000: 04; tradução do autor)

Para resumir, existem várias estruturas elementares de reciprocidade nas quais as relações geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem, igualmente, várias formas de reciprocidade que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis e formas se articulam para configurar sistemas de reciprocidade (Temple, 1997, 2003).

A noção de sistemas mistos

No caso da agricultura e da sociedade rural, em particular no Brasil, a teoria da reciprocidade tem contribuído para interpretar as dinâmicas da agricultura familiar em termos de sistemas socioeconômicos mistos, quer dizer sistemas associando práticas e lógicas de reciprocidade e práticas e lógicas de troca mercantil (Sabourin, 2009 e 2011a).

Os sistemas mistos podem ser declinados em termos de modalidades de articulação entre lógicas de troca e lógicas de reciprocidade. Encontramos três principais tipos de interface ou de articulação entre as duas lógicas (troca e reciprocidade):

i) *A justaposição de mundos paralelos*: as práticas de troca e de reciprocidade coexistem sem se misturar, ou até ignorando-se; por exemplo, no caso de comunidades isoladas, quilombolas, comunidades indígenas ou camponesas mais tradicionais ou das novas aglomerações de pobres desconectados do resto do sistema, como nas favelas;

ii) *A contradição* entre lógicas de troca e de reciprocidade com dois tipos de consequência: paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra. Esse segundo fenômeno é clássico do confronto entre práticas de reciprocidade e de troca no Brasil, que leva ao domínio da troca mercantil e ao fim das relações de reciprocidade. Pode também corresponder à coabitação de práticas de reciprocidade alienadas: dominação paternalista e clientelismo ao serviço da exploração capitalista (Geffray, 2007 e Sabourin, 2008). A particularidade desse mecanismo de prática das relações sociais, políticas (e de representação do mundo) reside na sua capilaridade na população e sua resistência à crítica social que seja marxista, humanista ou pelos direitos humanos (Sabourin, 2011b).

iii) *A complementaridade reversível*: as práticas de troca e de reciprocidade sendo reconhecidas como diferenciadas, os atores as articulam de maneira complementar na base de uma interface ou articulação de sistema. É o caso, por exemplo, quando uma instituição, uma legislação ou uma política pública permite regular a articulação entre as duas lógicas;

Portanto, a coexistência pode ocorrer de maneira paralela e separada; pode dar lugar a tensões por conta do antagonismo entre os dois sistemas econômicos; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade com as práticas de troca, sem que uma destrua a outra.

Aplicação à análise de políticas públicas rurais

Várias políticas de regulação ou de redistribuição podem ser analisadas como dispositivos de interface ou de articulação entre a lógica de reciprocidade e a lógica de troca:

As políticas universais podem ser interpretadas como estruturas de compartilhamento, captando os recursos dos cidadãos mediante o imposto para sua redistribuição ulterior. A partir dos impostos, os recursos públicos são redistribuídos e ou compartilhados entre todos, por exemplo, com a política de educação ou o Sistema Único de Saúde. É o caso da legislação de proteção do acesso, uso e distribuição de bens comuns ou públicos: como o meio ambiente, o ar e a água.

Certas políticas públicas reivindicam uma dimensão solidária e/ou de inserção social e econômica. É o caso dos instrumentos de economia solidária, do microcrédito ou dos programas específicos para a agricultura familiar: permitem articular práticas de troca e de reciprocidade mediante objetivos de regulação dos preços ou dos mercados (Martins e Nunes Ferreira, 2004; Radomsky e Schneider, 2007).

Cabe mencionar as políticas que protegem dos excessos da concorrência capitalista ou das falhas do mercado ou da natureza, por exemplo: o seguro e garantia safra ou os instrumentos de compra de produtos e alimentos a preços garantidos.

Nas últimas décadas, no Brasil, foram desenvolvidas políticas que introduzem uma dose de reciprocidade em sistemas de apoio à comercialização. É o caso dos mercados públicos de produtos alimentares que abastecem os hospitais, as cantinas escolares, a regulação dos estoques nacionais ou estaduais e que podem ser implantados na escala dos poderes municipais, regionais ou nacionais.

Essa análise pode ser aplicada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou ainda aos instrumentos de qualificação dos produtos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi implementado desde 2003 em colaboração entre o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (PAA, 2013). Representa uma verdadeira ferramenta adaptada ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa em despeito de recursos limitados (MDS, 2010; Souza e Chmielewska, 2010; PAA, 2013). O PAA compra a preço garantido todos os tipos de produtos da agricultura familiar, incluindo os que não exigem o recurso ao crédito (cultivos alimentares) e os produtos transformados na unidade (queijos, doces, açúcar mascavo, etc.).

Diante do sucesso desse programa aprovado pelas organizações da agricultura familiar, o governo diversificou as modalidades de acesso, em particular por meio das organizações sindicais e cooperativas. Houve, de fato, uma progressiva elevação do teto ou montante máximo de compra por ano e por agricultor, embora com uma redução dos recursos totais do programa desde 2014.

As compras públicas (chamados também de mercados institucionais no Brasil) geradas pelas coletividades locais, em interação com as organizações de agricultores, oferecem diversas vantagens: encurtar redes, reduzir os custos de transação, facilitar o controle de qualidade preservando territorialidades econômicas de reciprocidade (Sabourin, 2011a e 2012).

A política de qualificação (o selo de garantia), em si, limita os efeitos de concorrência e de especulação da troca capitalista. Quando o nome do produtor está em jogo, são as relações de reciprocidade que geram os valores de reputação, de honra e de responsabilidade. São geralmente esses valores que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de procedência. As empresas capitalistas identificaram esses valores humanos para transformá-los em serviço mercantil de verificação e certificação. Mas, de fato, para produtos agroalimentares, a primeira sanção é a do consumidor e a

garantia de qualidade é, muitas vezes, inerente ao processo de produção.

Existem, portanto, no Brasil cada vez mais iniciativas de implantação de sistemas de cocertificação ou certificação participativa entre produtores e consumidores (Sabourin, 2012).

Essas iniciativas foram apoiadas por instrumentos de políticas públicas por parte do MDA e do MAPA. Um selo “Produto da Agricultura Familiar” foi instituído, além dos selos regionais específicos (*Produtos coloniais ou Gaúcho* no Sul, *Sabor de Minas* em Minas Gerais, etc.). Os responsáveis por esses selos consideram que eles têm um efeito alavancador para mobilizar o apoio das políticas públicas para ações, facilitando a inserção dos produtos da agricultura familiar em um mercado até então reservado às empresas agrícolas.

Em realidade, qualquer processo de qualificação que garanta a origem (o nome do produtor), a especificidade, o processo ou as normas de qualidade de um produto contribui para reduzir os efeitos da concorrência próprios à troca capitalista. No entanto, se o processo de certificação da qualidade aumentar o custo, de acordo com as regras da troca, torna o acesso à qualificação mais seletivo para os produtores e o preço mais caro para os consumidores.

Portanto, pode ser verificado no próprio regulamento desses instrumentos de políticas públicas o caráter reversível, dialético entre o polo da reciprocidade e o polo da troca. Depende do projeto da sociedade ou do legislador qual polo (troca ou reciprocidade) se pretende privilegiar.

As interações entre atores e grupos sociais remetem para diversos tipos de interesses materiais individuais ou coletivos. Entretanto, elas também podem depender de laços de solidariedade, proximidade, amizade, prestígio, ou seja, de relações de reciprocidade mais ou menos simétricas e, portanto, mais ou menos éticas. Relações de trocas políticas ou relações de reciprocidade são vinculadas por redes interpessoais e alianças de diversas naturezas (profissionais, religiosas, ideológicas, vizinhança, etc.), que podem constituir empreendimentos, redes ou coalizões de políticas públicas (Sabatier e Jenkins-Smith, 1993; Marsh e Smith, 2000). A análise da configuração social associada a uma política ou a uma ação pública nos ajuda a entender a origem, a evolução e a aplicação dos seus instrumentos.

Aportes e limites da teoria da reciprocidade para análise das políticas públicas

Como qualquer contribuição teórica, a análise das relações de reciprocidade corresponde a uma representação modelizada da realidade que ajuda a pensar sobre essa realidade e a agir nela. O essencial, como lembra Olivier de Sardan (1994) é não confundir representação e realidade e sempre procurar uma verificação empírica.

De fato, a teoria da reciprocidade traz o caráter dinâmico de um enfoque dialético, pró marxista, para tratar de maneira processual dos mecanismos de interação e contradição entre várias lógicas e tendências polarizadas (pela troca ou reciprocidade).

A teoria da reciprocidade permite introduzir a questão da ligação entre práticas sociais, relações e sentimentos humanos, quer dizer entre práxis e valores, remetendo para um enfoque cognitivo das interações políticas e econômicas.

Esse enfoque introduz a questão do poder e da dependência dos sujeitos menos dotados em recursos políticos ou submetidos pelas relações sociais e econômicas assimétricas (o clientelismo). Esclarece também a dinâmica reversível das alianças e coalizões quando as relações sociopolíticas são mais equilibradas.

Podemos avançar três principais limites da abordagem pela reciprocidade:

Como sempre no caso de expressões metafóricas, tem que se ter muito cuidado e não cair numa reificação do modelo teórico dialético, num bipolarismo ou maniqueísmo, do tipo “reciprocidade = bem e troca = mal”. Isso não tem sentido e só pode confundir a análise. O enfoque pela reciprocidade compartilha os limites próprios à análise estruturalista. Deve-se cuidar em não inverter o papel da práxis na geração dos valores: são as relações de reciprocidade simétricas que produzem valores humanos, não as estruturas; as estruturas simétricas são representações ou modelos das relações de reciprocidade recorrentes ou institucionalizadas.

Do ponto de vista metodológico, a existência de sentimentos humanos ou de valores éticos, gerados em parte pelas relações de reciprocidade simétrica deve ser identificado empiricamente pela observação e qualificado pela análise da interpretação dos atores, geralmente pela análise da fala dos próprios atores.

Considerações finais

Que ensinamentos tirar da contribuição da abordagem sistêmica para analisar as políticas públicas? Até os autores críticos dessa abordagem (Monière, 1976; Rua, 2009) reconhecem algumas vantagens e aportes, que obviamente, precisam ser recolocados no contexto da sua emergência.

- O enfoque sistêmico representa uma tentativa saudável de dar uma visão global dos problemas e das interações, de uma análise macro. Progressivamente os trabalhos vieram a situar e caracterizar os sistemas e subsistemas políticos em relação a outros sistemas sociopolíticos atuantes e não apenas a um ambiente externo. O enfoque sistêmico permitiu contribuir para comparações internacionais de políticas e análises de relações internacionais.

- A abordagem sistêmica ajuda a considerar e a representar a complexidade por meio da sua modelização, o que tem se traduzido pela figura da análise dos ciclos das políticas públicas. Para Monière (1976), a abordagem sistêmica permite reduzir a complexidade do real, sintetizando as múltiplas variáveis que influenciam o sistema político e as políticas públicas. Segundo esse autor *“o enfoque sistêmico oferece uma grade de classificação dos fenômenos, útil para descrever o funcionamento da vida política dentro de uma sociedade. Esse marco teórico permite realizar análises macroscópicas e apreender o conjunto dos fatores que condicionam as transformações de um sistema político particular. Permite também realizar análises mais setoriais que isolam uma variável e descrevem a sua interação com o conjunto do sistema”*.

- Finalmente o enfoque sistêmico trouxe uma contribuição para o início da elaboração dos métodos de avaliação das políticas públicas.

Várias limitações têm levado a uma redução da mobilização da abordagem sistêmica para o campo da análise das políticas públicas ou então a sua associação com outros enfoques metodológicos e analíticos complementares. Foi o caso com a análise do ciclo das políticas, das estratégias dos atores da sociedade, mas também dos atores que compõem o sistema político (as comunidade e autoridades políticas).

De fato, a abordagem sistêmica não abre e nem analisa a caixa preta do sistema político. Precisamos entender as estratégias, os comportamentos e as trajetórias dos atores sociais. Por outra parte, o enfoque sistêmico não integra a incerteza, a racionalidade limitada e o papel dos valores e dos sentimentos.

Finalmente a abordagem das políticas públicas em termos de *outputs* (decisões e ações) em resposta aos *inputs* (demandas) pode aparecer hoje demasiado redutora para políticas integrando uma multiplicação de atores e centros de poder, uma articulação entre vários setores ou entre diversas escalas de decisão e implementação.

Bibliografia

Anderson, James. "Public Policy-Making." in Paul A. Sabatier. Ed. **Theories of the Policy Process**. Colorado: Westview Press, 1975.

BARE, Jean-François. L'anthropologie et les politiques de développement. Quelques orientations. **Terrain**, n° 28, 1997 : 139-152

BARE, Jean-François (éd.), **L'évaluation des politiques de développement**. Approches pluridisciplinaires. Paris: l' Harmattan, 2001.

BILLAZ, René; DUFUMIER, Marc. **La Recherche Développement en agriculture**. Paris PUF/ACCT, 1979.

Bousquet, François; BAKAM, Innocent; PROTON, Hubert; LE PAGE, Christophe. Cormas: Common-Pool Resources and Multi-agent Systems in **Lecture Notes in Artificial Intelligence** vol.1416 (2) 1998: 826-837

Buchanan, James; TULLOCK, Gordon **The Calculus of Consent**. Logical Foundations of Constitutional Democracy. Lansing: The University of Michigan Press, 1962

CERTU, L'analyse des systèmes d'acteurs. Diagnostics de territoires. Lyon: CERTU **Cahiers du CERTU**, n° 1, 2001

CERTU. **Une introduction à l'approche système**. Lyon: CERTU, 2007

Chambers, Robert; JIGGINS, Janice. Agricultural research for resource-poor farmers part I: transfer-of-technology and farming systems research. **Agricultural Administration and Extension**, v. 27, n°1, 1987: 35-52

Chmielewska, Danila; Souza, Danara. Market Alternatives for Smallholder Farmers in Food Security Initiatives: Lessons from the Brazilian Food Acquisition Programme. Brasília: SAE/PNUD, IPC-IC, Working Paper, 2010

CROZIER, Michel; Friedberg, Gherard. **L'acteur et le Système**. Paris: Seuil, 1977.

DYE, Thomas. R. **Understanding public policy**, Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1984,

EASTON, David. An Approach to the Analysis of Political Systems. **World Politics**, v. 9, n°. 3, 1957: 383-400.

EASTON, David. **A Framework for Political Analysis**, Englewood Cliffs: Prentice Hall,

1965. Ed francesa Catégories pour l'analyse systémique du politique, in P. Birnbaum & F. Chazel, Sociologie politique, Paris, A. Colin, 1972, t. 1, p. 84-104.
- EASTON, David. **A Systems Analysis of Political Life**, New York: Wiley. 1966
- Forrester, Jay. **Urban Dynamics**. Waltham, MA: Pegasus Communications, 1969.
- Geffray Christian. **A opressão paternalista: Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro**, Rio de Janeiro: Educam-Editora universitária Candido Mendes, 2007.
- HECLO, Hugh.; WILDAWSKI, Aaron. Issue networks and the executive establishment. In: KING, A. (Ed.). **The new American political system**. Washington: Amer. Enterprise Institute, 1978.
- JENKINS, William. **Policy analysis. A Political and Organizational Perspective**, London: Martin Robertson, 1978.
- JONES, Charles. Introduction to the Study of Public Policy in Sabatier P. (ed.) **Theories of the Policy Process**. Boulder, CO: Westview Press, 1970.
- KINGDON, John. **Agendas, alternatives and public policies**. New York: Harper Collin, 1984.
- LAPIERRE, Jean William. **L'analyse des systèmes politiques**. Paris: PUF, 1973.
- LASSWELL, Harold Dwight. **Politics: Who Gets, What, When, How**. New York: Whittlesey House, McGraw-Hill book Company, 1936.
- LASSWELL, Harold Dwight. **The Decision Process**, College Park: University of Maryland Press. 1956
- LE PAGE, Christophe; Bazile, Didier; BECU, Nicolas; BOMMEL, Pierre; BOUSQUET, François; MICHEL, Etienne, MATHEVET, R.; SOUCHERE, V.; TREBUIL, Guy., WEBER, Jacques. Agent-based modelling and simulation applied to environmental management in **Simulating social complexity: a handbook**. Heidelberg : Springer, 2013: 499-540
- LEMIEUX, Vincent. **L'étude des politiques publiques: les acteurs et leur pouvoir**. Sainte Foy, Les Presses de l'Université de Laval, 2002.
- LEMIEUX, Vincent. **Introduction à l'analyse politique**. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1996.
- LEMIEUX, Vincent. Le pouvoir dans la réalisation des politiques sociales, **Service Social**, v. 38, n° 2-3, 1989. 179-195, Québec : Université de Laval
- Lévi-Strauss, Claude. **Les structures élémentaires de la parenté**. La Haye : Mouton [1949] 1967.
- LINDBLOM, Charles. The science of muddling through. **Public Administration Review**, 19,

1959 : 79-88.

LUHMANN, Niklas. **Politique et complexité: les contributions de la théorie générale des systèmes**. Paris : Le Cerf, 1999.

Lupasco, Stéphane. **Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie**. Paris: Herman, 1951.

MARSH, David; SMITH, Martin. Understanding policy networks: Towards a dialectical approach. **Political Studies**, v.48, n°1, 2000: 4-21,

Martins, Paulo Henrique ; NUNES FERREIRA, Brasilmar (org) **A Nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MASSARDIER, Gilles. **Politiques et action publiques**. Paris: Armand Colin, U, 2008.

Mauss, Marcel ."Ensaio sobre a Dádiva", in: **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Cosac e Naify, [1924] 2003.

MAZOYER, Marcel. Dynamique des systèmes agraires, rapport de synthèse du colloque sur la dynamique des systèmes agraires. Paris : MRT, 1987.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Grupo Gestor - **PAA. Balanço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2010**, Relatório descritivo. Brasília: MDS, 2010.

MONIÈRE, Denis. **Critique épistémologique de l'analyse systémique de D. Easton**. Essai sur le rapport entre théorie et idéologie. Ottawa : Éditions de l'Université d'Ottawa, 1976.

MULLER, Pierre. **Les Politiques publiques**, Paris: PUF, [1990] 2003 (6em ed)

OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre. De l'amalgame entre analyse-système, recherche participative et recherche-action, et de quelques problèmes autour de chacun de ces termes Conférence au Symposium **Recherches-système en agriculture et développement rural**, Montpellier, Proceedings, 1994, pp 129-140

Organização Mundial da Saude. **Pour une approche systémique du renforcement des systèmes de santé**. Genève : OMS, 2010.

PAL, Leslie. **Public Policy Analysis: An Introduction**. Toronto: Nelson, 1992.

PIAGET, Jean. Le structuralisme, Paris : PUF, coll. « Quadrige », [1968] 2007.

Polanyi, Karl, Arensberg, Conrad (dir) **Trade and Market in the Early empires**. Economics in History and Theory. New York: The Free Press. 1957.

Polanyi, Karl, La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps, Paris : Gallimard, [1944] 1983.

PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS. PAA, 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: MDS, 2013.

Radomsky, Guilherme; Schneider, Sergio. 2007 Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, nº22, 2007: 249-284.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC, 2009.

Sabatier, Paul; Jenkins-Smith, Hank (Eds.) **Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach**. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in Schneider S. (org.) **A diversidade agricultura familiar**, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2006:108 -132

SABOURIN, Eric. Oppression paternaliste et exploitation capitaliste au Brésil in **Lusotopie**, nº 15, v. 2, 2008 : 231-234.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil : entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro : Garamond U, 2009. Col Terra Mater.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2011a.

SABOURIN, Eric. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista, **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.19, n1, 2011b: 5-29

SABOURIN, Eric. A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, 4 (2), 2012 : 83-104.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais. **Rurais**, v. 6, nº2 2013: 53-90, dossiê “Estado e controle de populações rurais na América Latina”

SIMEON, Richard. Studying Public Policy. **Canadian Journal of Political Science**, v. 9, nº4, 1976: 548-580.

Temple Dominique, L'économie humaine. **Revue du MAUSS**, nº10, (1), 1997:103-109,

Temple, Dominique. Les structures élémentaires de la réciprocité. **Revue du MAUSS** nº12, (2) 1998: 234-242.

TEMPLE, Dominique, Les origines anthropologiques de la réciprocité, **Education Permanente**, nº144, 2000.

Temple, Dominique. **Teoría de la Reciprocidad**. La Paz: PADEP/GTZ, 2003, 3 tomos

Temple, Dominique; Chabal Mireille, **La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine.** Paris : l'Harmattan, 1995.

TULLOCK, Gordon. **Le marché politique**, Analyse économique des processus politiques, Paris : Economica, 1978.

WEISS, Gerhard. (Ed.) **Multiagent Systems.** A Modern Approach to Distributed Artificial Intelligence, Cambridge, MA: The MIT Press, 1999.

